

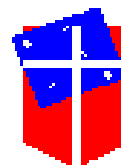
O Ministério Feminino na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Rev. Oswaldo Kickhöfel

Cronologicamente, podemos dividir a história do ministério feminino na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil em dois períodos distintos. O primeiro período, que vai de 1890 a 1984, se refere ao ministério feminino leigo, isto é, não ordenado, e exercido exclusivamente por missionárias estrangeiras, na maioria americanas, chamadas de diaconisas, não porque eram ordenadas, mas por causa da função que exerciam. O segundo período, que vai de 1985 até os nossos dias, se refere ao ministério feminino ordenado, isto é, mulheres que foram ordenadas ao diaconato e ao presbiterado por um bispo de sucessão apostólica, e exercido na sua quase totalidade por mulheres brasileiras.

Ministério Feminino não-ordenado

Um grupo de sete mulheres missionárias leigas estrangeiras trabalhou no Brasil no primeiro período. A primeira mulher missionária foi *Mary Packard* que veio em 1891. Tinha 28 anos de idade. Permaneceu por igual número de anos entre nós. Era filha do reitor do Seminário Teológico de Virginia. Depois de curta passagem pela cidade de Rio Grande, chegou a Porto Alegre em 14 de janeiro de 1892, onde exerceu as funções de diaconisa. Salientou-se como educadora na Escola Americana, fundada pelos missionários Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris, e mais tarde na escola paroquial da Paróquia da SS. Trindade, fundada pelo Rev. Américo Vespúcio Cabral. Foi uma dedicada cooperadora do pároco no ensino religioso e secular e na visitação pastoral. Antes de se transferir para o Rio de Janeiro, em 1909, foi homenageada por cerca de 50 irmãos e irmãs no Grande Hotel, na rua da Ladeira (hoje General Câmara), em Porto Alegre, onde morava. No Rio de Janeiro, passou a colaborar na Igreja do Redentor, pastoreada pelo rev. William C. Brown. Colaborou depois na Paróquia da Trindade, dirigida pelo rev. Carl Henry Clement Sergel, na classe de costuras e bordados. Foi também secretária da Federação das Sociedades Auxiliadoras de Senhoras, quando esteve no sul. Aposentou-se em 1919, quando regressou aos Estados Unidos. Faleceu em 22 de abril de 1940, em Washington, aos 87 anos de idade.



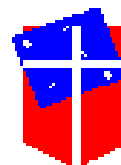
A segunda foi *Mary R. Pitts*. Ela veio em 1899, na companhia do Rev. John Gaw

Meem e família e da missionária Mary Packard, que regressavam de um período de férias nos Estados Unidos, e do diácono George Wallace Ribble, que vinha pela primeira vez ao Brasil como missionário. Depois de uma rápida permanência em Porto Alegre, foi designada para trabalhar na cidade de Rio Grande, onde exerceu o cargo de Febe, a portadora da Epístola aos Romanos, que esteve a serviço da Igreja de Cencréia, a qual Paulo recomendou como “nossa irmã que tem ajudado muita gente e a mim também” (Rm 16:1-2). Ali encontrou seu campo de trabalho, tornando-se necessária na execução dos deveres caritativos e outros pertinentes ao ofício de diaconisa. Escreveu um longo artigo sobre a Semana Santa em Rio Grande (*The Echo, August 1, 1901, vol.5, nº 4, p. 10*), e outro sobre a necessidade de educação religiosa para a população, mencionado uma conversa que teve com uma simpática senhora positivista, esposa de alto funcionário do governo, que desconhecia a existência de outras igrejas não romanas no Brasil¹. Em 1902, foi designada para trabalhar como professora da Escola Evangélica Mista de Vicente Brande, em Jaguarão, na fronteira com o Uruguai. A escola já tinha 65 alunos e continuava aumentando sua influência na cidade e semeando o evangelho no seio das famílias. Em 1904, voltou definitivamente aos Estados Unidos.

A terceira foi *Bernice M. Cartwright* que chegou ao Brasil em junho de 1938. Trabalhou como professora do Colégio Santa Margarida, em Pelotas, RS. Natural de Montana, estudou em Victoria, na Columbia Britânica, Canadá, na Escola de Comércio em São Francisco, nos Estados Unidos, e nas Universidades de Wisconsin e Columbia. Como educadora, adquiriu experiência no ensino de educação religiosa e literatura inglesa. Em março de 1939, foi nomeada conselheira técnica do Colégio Santa Margarida. Foi também vice-diretora e depois diretora interina do colégio, sendo substituída depois por Cândida da Rocha Leão, mas permanecendo na direção como assistente técnica. Introduziu na escola uma celebração eucarística mensal para as alunas, o que era uma inovação na época. Fez parte do grupo de mulheres que fundou a primeira Ordem das Filhas do Rei, fundada em 1941, na Igreja do Redentor, em Pelotas. Em 22 de janeiro de 1941 ainda estava no Colégio Santa Margarida. Encontrei poucos registros de suas atividades no Brasil, sendo desconhecida também a data de seu retorno aos Estados Unidos.

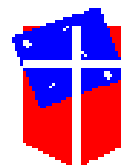
A quarta foi *Carman St. John Wolff* (depois *Hunter*) que veio para o Brasil em 1951. Ela fazia parte de um grupo de missionários que tinha chegado no início da década de 50, logo após a divisão da igreja em três dioceses. Demonstrando interesse pelo trabalho missionário no exterior quando ainda cursava a universidade, dedicou-se ao magistério, ensinando latim, história, inglês e religião na China, onde trabalhou entre 1946 e 1950. Não sendo possível, como sucedia

¹ *The Echo*, May 1, 1902, vol. 5, nº 7, p. 12.



aos missionários naquele país, continuar seu trabalho de professora, retornou aos Estados Unidos, mas por pouco tempo. Sabendo que a Igreja Episcopal no Brasil precisava de obreiras especializadas, apresentou-se. Aqui trabalhou com a Sociedade Auxiliadora de Senhoras e com o Departamento de Educação Religiosa. Em 1953, começou a escrever sobre educação cristã e sobre a organização e programas dos núcleos e da federação das sociedades auxiliaadoras. Na sua visão, educação religiosa não era algo só para crianças, mas devia envolver também os jovens, os adultos, os sodalícios paroquiais e o culto da família. Temas como comunhão incorporada, eucaristia como ato central de adoração pública, vida religiosa diária, entre outros, eram abordados em sua coluna. Tudo devia convergir a um só programa e filosofia de vida paroquial. Era uma nova forma de ver a educação religiosa da Igreja Episcopal. Em 1956, foi nomeada secretária do Departamento de Educação Religiosa, juntamente com o rev. Jaci Correia Maraschin. A tarefa de ambos era preparar um currículo para o programa educacional, publicar literatura religiosa e promover um novo conceito de educação cristã. O trabalho de Carman Wolff e de Jaci Maraschin enfocava uma nova filosofia educacional. Antes de 1950, a igreja podia ser considerada como uma sociedade domingueira e a religião cristã como uma prática desligada da vida diária. Os novos conceitos então apregoados pretendiam mudar essa situação. O impulso tomado pelas federações das sociedades auxiliaadoras e pelo Departamento de Educação Religiosa foi, em grande parte, devido ao trabalho que *Carman Wolff* realizou nesses dois setores da igreja no Brasil. Voltou em definitivo para os Estados Unidos em 1959.

Os anos 50 inauguraram um novo conceito de educação religiosa: a participação da família no culto público. Assistir passou a ser sinônimo de participar. A igreja precisava treinar pessoas para essa mudança. Com o apoio da Ordem das Filhas do Rei da igreja americana, *Elizabeth Daniel* optou pelo Brasil. Chegou em janeiro de 1958. Veio para trabalhar num projeto de treinamento para moças em educação cristã. Estudou em Nova York, onde trabalhou num programa de educação cristã para crianças. Antes de vir para o Brasil, participou de um curso de Educação Religiosa. Em 1959, já no Brasil e com perfeito domínio da língua portuguesa, começou a escrever para revista *Flâmula* e para o *Estandarte Cristão* sobre educação cristã e treinamento de obreiras leigas. O Departamento de Educação Religiosa havia elaborado um currículo de educação cristã, abandonando a maior parte do material traduzido da igreja americana. O novo programa visava atender às exigências locais de cultura, tradição, temperamento e religiosidade do povo. *Elisa*, como era mais conhecida, participou desse trabalho como membro do grupo que elaborou o novo currículo. Foi também a primeira diretora da Casa de Santa Hilda, fundada em 1961, em São Paulo. Participou de congressos regionais e nacionais dos jovens e das mulheres, falando sobre educação cristã e vocação religiosa feminina. Em 1962, foi morar no Rio de Janeiro, onde ficou até 1984. Criou a Comissão de Educação Cristã, cujo objetivo era preparar professores para



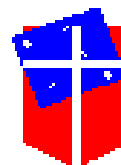
a escola dominical. Trabalhou com os pobres no Rio de Janeiro, especialmente no Morro Santana e na Cidade de Deus.

Em uma reunião trienal da Ordem das Filhas do Rei, da qual era filiada, nos Estados Unidos, Elisa conheceu *Patrícia Ann Powers*, uma jovem de origem irlandesa, e a convidou para trabalhar no Brasil. Ambas se tornaram grandes amigas e passaram a morar juntas. Patrícia veio primeiro como voluntária, depois como missionária leiga, sendo finalmente ordenada no Brasil. Elisa participou da comissão que elaborou o Guia de Estudo Bíblico que objetivava capacitar o elemento feminino no manuseio, leitura e compreensão do conteúdo da Bíblia. Elisa e Patrícia (esta já ordenada) aceitaram o desafio do bispo Agostinho Sória e decidiram trabalhar em Brasília a partir de 1985, quando foi instalada a nova diocese. Quatro anos depois, ambas se transferiram para Porto Alegre, onde Patrícia trabalhou na sede provincial como diretora do Departamento de Missão e Elisa como reitora do Seminário Teológico até 1991, quando voltaram para os Estados Unidos.

Barbara Hall veio para o Brasil em 1961 para trabalhar na Diocese Central, hoje Diocese Anglicana do Rio de Janeiro. Sua permanência no Brasil foi curta. Já tinha estado anteriormente no Brasil como missionária presbiteriana. Quando voltou aos Estados Unidos, filiou-se à Igreja Episcopal, sendo apresentada à Confirmação pelo Rev. Dirson Glênio Vergara dos Santos, que na ocasião estudava teologia no Seminário Geral de Nova York. No Brasil, sua principal atuação foi entre os estudantes universitários em São Paulo como Secretária de Estudos da União Cristã de Estudantes do Brasil. O bispo diocesano Edmund Knox Sherrill considerava o campo universitário muito relevante e de grande importância estratégica para o testemunho cristão, e por isso "a vinda da missionária era motivo de grande alegria entre nós".² Em 1966 ainda estava no Brasil, pois nesse ano havia rejeitado um convite para integrar o corpo docente do Seminário Teológico da Igreja Episcopal em São Paulo.

Depois da desvinculação administrativa e canônica com a igreja americana, a chamada autonomia, obtida em 1965, houve ainda um segundo grupo de quase uma dezena de mulheres não ordenadas que trabalharam na igreja brasileira. Eram voluntárias ou enviadas por agências missionárias, cuja relação (certamente incompleta) de nomes e parcos dados encontrados sobre suas atividades no Brasil estão a seguir relacionados:

² Atas do 13º Concílio da Diocese Missionária do Brasil Central, 12-15 de julho de 1962, p. 20.



1974 - *Jane Crawford*, enfermeira e missionária em Salvador, Bahia, enviada pela South America Missionary Society (SAMS), uma agência missionária da Igreja da Inglaterra.

1989 - *Katherine Gowan*, voluntária de missão da Igreja Anglicana do Canadá. Voltou ao Canadá em 1991, depois de dois anos no Brasil. Veio para trabalhar como secretária bilíngüe no escritório provincial em Porto Alegre.

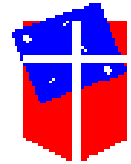
1992 - *Mirjan Post* chegou ao Brasil em outubro de 1992, missionária leiga da SAMS, de nacionalidade holandesa, enfermeira, para exercer o ministério cristão na Diocese Sul Ocidental, no Centro de Atividades Múltiplas da Capela da Luz em São Gabriel, RS. Em 1995 foi para Santa Maria, onde trabalhou no Projeto Santa Maria, um programa para os sem-teto do Alto da Boa Vista e famílias do conjunto de casas populares das vilas Santa Maria e Tancredo Neves. Em 1996, foi ao Canadá em visita à diocese companheira de Montreal, para falar sobre o seu trabalho no Brasil. Em 2000, trabalhou em Erechim na Pastoral Indigenista Anglicana (PIA) como agente de saúde. Em 2001 trabalhou em Pelotas com a Creche Amar, na pastoral do pequeno agricultor, no acompanhamento de gestantes pobres e saúde da mulher.

1995 - *Caroline Elizabeth Batey*, missionária e enfermeira, com especialização em pediatria e cirurgia, enviada pela SAMS, chega para trabalhar como ministra leiga na paróquia da SS. Trindade, em Brasília, e colaborar na pastoral da saúde. Já havia trabalhado na Paróquia Emanuel, em Olinda, Recife, para onde voltou em 1999 por transferência para a Diocese Anglicana de Recife. Ruth Fielding (depois Barros) trabalhou na Diocese Sul Ocidental até 2000, quando foi para Recife. Veio ao Brasil também como missionária leiga da SAMS. *Soledade Cruz*, missionária voluntária canadense, também trabalhou no Instituto Rev. José Severo da Silva, em Pelotas, durante dois anos.

1997 - *Gladys Livingstone*, missionária voluntária da Irlanda, enviada pela SAMS, atuou durante um mês e meio na secretaria executiva da Diocese Anglicana de Recife em traduções e serviços administrativos internos.

1998 - *Nancy Ann Coons* chegou como voluntária para trabalhar no escritório provincial na tarefa de redação e tradução e também auxiliar no Departamento de Educação Cristã, por um período de dois anos. Sua permanência no Brasil foi patrocinada pela Igreja Anglicana do Canadá através de seu Departamento de Voluntários em Missão.

O ministério feminino ordenado



A adoção do ministério feminino ordenado na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é recente. Sua história tem apenas 20 anos. Foi em 1985 que a primeira mulher foi ordenada ao ministério sagrado. Durante 75 anos, ou seja, no período compreendido entre 1890 e 1965, a mulher só participava de sodalícios exclusivamente femininos. Houve tímidas iniciativas de valorização do trabalho da mulher nesse período. A primeira alteração canônica que deu à mulher a possibilidade de ser eleita apenas para membro da junta paroquial foi realizada em 1933, quando o concílio anual daquele ano reconheceu às mulheres o direito de votar e ser votada nas assembleias gerais da igreja para membro da junta paroquial. A proposta recebeu uma emenda: que a mulher fosse admitida na junta paroquial na proporção de um terço da referida junta³. Não se cogitava ordenação sacerdotal nem em sonhos. Entretanto, a tímida abertura foi o passo inicial importante no longo caminho que ainda estava para ser percorrido. Com a reorganização administrativa em 1950, quando a igreja foi dividida em três dioceses, a decisão conciliar de 1933 ficou praticamente esquecida, devido ao fato de que as novas dioceses, ao elaborarem os seus próprios cânones, não só ignoraram aquela medida pioneira, como também não incluíram novos dispositivos que permitissem maior participação das mulheres na vida administrativa da igreja.

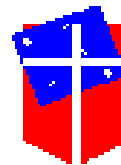
Durante quinze anos o assunto ficou novamente esquecido. Quem retomou a discussão da participação do elemento feminino nas juntas paroquiais e agora também nos concílios foi a Diocese Sul Ocidental em 1965, com o apoio do bispo diocesano, Dom Plínio Lauer Simões. Mesmo nessa época, o assunto ainda era polêmico, pois houve objeções por parte de alguns conciliares, alegando que a participação das mulheres (eventualmente a esposa, mãe ou filhas do ministro) poderia causar dificuldades ou constrangimentos aos concílios e às juntas paroquiais. Não obstante essas objeções, a ata do referido concílio registrou que "posta em votação, a matéria recebeu unânime aprovação".⁴ Aos poucos, as outras dioceses também passaram a admitir mulheres nas juntas paroquiais e nos concílios.

A discussão nas Dioceses

Esse tímido e lento avanço não era ainda a ordenação feminina propriamente dita. Ordenar mulheres ao sacerdócio era ainda uma questão complexa e controvertida. E novamente quem vai discutir pela primeira vez o novo assunto foi a Diocese Sul Ocidental durante o concílio de 1973. Naquela histórica reunião, os conciliares aprovaram uma proposição, solicitando ao Sínodo que fosse estudada em profundidade a ordenação feminina. Apoiando a medida, o bispo lembrava em seu relatório que várias igrejas da Comunhão Anglicana já

³ Atas do 35º Concílio, 1933, p. 28.

⁴ Atas do 16º Concílio da Diocese Sul Ocidental, 1965, p. 21.



consideravam a possibilidade de ordenar mulheres. Há trinta e cinco anos o assunto vinha sendo estudado na Comunhão Anglicana, especialmente nos Estados Unidos, onde já havia até certa impaciência pelo fato de os homens continuarem retardando a decisão. O bispo estava convencido de que a hora de estudar o assunto havia chegado, não pelo receio de não ter mais vocações masculinas, mas por considerar uma grande injustiça negar esse direito à mulher.

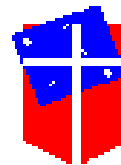
Na Diocese Meridional, o assunto começou a ser discutido entre o clero e os leigos de maneira informal e sem muito entusiasmo. A ordenação feminina nunca foi oficialmente incluída na agenda dos concílios anuais, devido principalmente ao fato de que o bispo diocesano era sabidamente contrário, como mostram os artigos que escrevia sobre o assunto. Somente o concílio de 1984, realizado praticamente às vésperas do Sínodo, que naquele ano aprovaria a matéria, a questão da ordenação feminina foi incluída como recomendação, entre muitas outras elaboradas pelos grupos de estudos, já no final da última sessão conciliar, e isso porque o bispo Arthur Rodolpho Kratz, último baluarte humano na luta contra a inclusão de mulheres no sacerdócio ordenado, havia falecido poucos meses antes.

A Diocese Anglicana do Rio de Janeiro (ex-Diocese Central) foi mais objetiva. Discutiu a matéria no concílio de 1976 e aprovou a seguinte proposta, encerrando o assunto: "O presidente leva ao conhecimento do plenário a consulta do Sínodo sobre a ordenação feminina e aprova-se que o concílio sugira ao mais alto órgão de nossa igreja nacional a ordenação feminina ao diaconato e ao presbiterado".⁵ A proposta aprovada não incluía o episcopado.

Na Diocese Anglicana de Recife (ex-Diocese Setentrional), a matéria foi incluída na agenda do concílio de 1977. A Sra. Elizabeth Sherrill, esposa do bispo, apresentou um estudo e informações sobre a ordenação feminina na Comunhão Anglicana. O tema era novo na diocese e por isso despertou grande interesse e participação dos conciliares, que decidiram se manifestar favoravelmente à ordenação de mulheres, tanto para o diaconato como para o presbiterado, mas também não incluíram o episcopado.

Na Diocese Anglicana de São Paulo (ex-Diocese Sul Central), a matéria só vai ser discutida oficialmente também em 1977. Nos dois concílios anteriores, a diocese havia estudado vários tipos de ministério, sem contudo mencionar a ordenação feminina. Mas o bispo diocesano, Elliot Lorenz Sorge, havia sugerido que dentro do assunto ministério, existiam outros aspectos que deveriam ser estudados, entre eles a ordenação de mulheres, que exigia deliberação conciliar. No concílio de 1976, em votação informal, na qual todos os presentes, conciliares e visitantes, tomaram parte, contaram-se 39 votos a favor e 33 votos contrários. Diante do resultado, o bispo diocesano nomeou uma comissão especial para

⁵ Atas do XXV Concílio da Diocese Central, 20-22 de agosto de 1976, p. 10.



estudar a matéria à luz da Bíblia, da História e do Ministério.⁶ No concílio de 1977, a comissão especial formada pelo então Rev. Sumio Takatsu, pela Sra. Olga Nogueira e pelo prof. Sydney Alcoba Ruiz, apresentou seu relatório, expondo, em síntese, que à vista dos aspectos teológicos, históricos e sociológicos nada havia que impedisse essa ordenação, mas até a favorecia. Não pensava assim a junta paroquial da Igreja de Todos os Santos, de Santos, SP, que se manifestou, em carta, contrária à novidade. O relatório foi debatido longamente, sem, contudo, alcançar um consenso na tomada de posição.

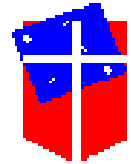
A discussão nos Sínodos

O Sínodo de 1973 acatou a proposição da Diocese Sul Ocidental, e determinou ao bispo primaz a criar um grupo de trabalho, que considerasse competente, incluindo representantes femininos, para estudar e relatar na próxima reunião extraordinária do Sínodo.

O grupo de trabalho, que recebeu o nome de Comissão de Estudos da Ordenação Feminina, era formado na sua maioria por elementos sabidamente contrários ao pleito da Diocese Sul Ocidental. A comissão era formada por Dom Arthur R. Kratz, bispo primaz, Rev. Henrique Todt Jr, Rev. Laudelino Correia Gusmão, Rev. Almir dos Santos (depois substituído pelo Deão Marçal Lopes de Oliveira), Clódia Portugal Gomes, (substituída por Cordy Gonzaga Sanvicente) e Sônia Velásquez Hanssen. Logo de início, a comissão alegou ter encontrado muita dificuldade no desempenho de sua tarefa pelo motivo de que o assunto era complexo e profundo nos seus aspectos teológico, bíblico, histórico e prático, além da inexistência de material para estudo em língua portuguesa. Mesmo assim, ao fazer um retrospecto das decisões mais recentes, a Comissão verificou que a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos de 1973 havia rejeitado a ordenação feminina, mas que, por outro lado, o Sínodo da Igreja Anglicana do Canadá do mesmo ano havia aprovado a ordenação feminina, não obstante a maioria de suas dioceses terem se pronunciado em contrário. O Conselho Consultivo Anglicano, por sua vez, havia opinado que a decisão de ordenar mulheres ficasse exclusivamente a cargo da cada província autônoma da Comunhão Anglicana e que continuassem os estudos a respeito. Portanto, a Comissão de Estudos da Ordenação Feminina julgava que a IEAB devia continuar a promover estudos do assunto em nível mais amplo, e considerava prematura qualquer tomada de decisão, porquanto a matéria ainda não havia passado do estágio inicial de estudos na grande maioria das províncias da Comunhão Anglicana.

O Sínodo extraordinário de 1974 foi convocado para decidir sobre dois assuntos: o fundo de aposentadoria e pensões da igreja e a ordenação feminina.

⁶ Atas do 8º Concílio da Diocese Sul Central, 13-14 de fevereiro de 1976, p. 13.



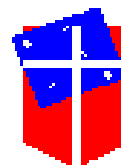
Depois de estudar e debater em grupos o segundo tema da agenda e reunidos em sessão plenária, os delegados sinodais decidiram que fosse elaborado um cânone, regulamentando a ordenação de mulheres ao diaconato para ser apresentado no próximo sínodo. A matéria ainda carecia de maiores reflexões e por isso devia ser mais discutida nas dioceses por comissões, pelos concílios, por meio de pesquisas e outras formas de levantamento de opinião. Esse Sínodo recomendou que a igreja considerasse o maior aproveitamento do elemento feminino na função de leitora leiga.

O Sínodo de 1975 praticamente repetiu a recomendação do sínodo anterior, ou seja, que o assunto fosse amplamente debatido pelo povo da igreja, nas paróquias e missões, devendo posteriormente ser encaminhados os referidos estudos aos concílios diocesanos, para chegar ao consenso de cada diocese, as quais encaminhariam à Câmara dos Bispos que, assessorada por teólogos anglicanos e de outras igrejas cristãs, submeteria os resultados de seus estudos ao Sínodo para decisão final.⁷

Entretanto, a questão da ordenação feminina propriamente dita só foi votada três anos depois, em 1978, quando novamente a Diocese Sul Ocidental encaminha ao Sínodo uma decisão tomada aprovando a ordenação feminina, mas ainda sem efeito prático, porque era matéria de competência do Sínodo. De qualquer forma, a decisão tomada no concílio realizado em Bagé, RS, havia deixado o pároco hospedeiro (Antônio Guedes) pouco à vontade, já que havia votado contra, contrariando posição de sua própria filha Berenice, que votou favoravelmente. Segundo Berenice, o Espírito Santo é que chama as pessoas para a vocação do ministério sagrado, independente do sexo, e se é o Espírito Santo que chama, então não podemos impedir que ele recaia sobre uma mulher. A ordenação feminina fazia parte de um novo programa implantado, também em primeira mão, na diocese: o ministério de todos os cristãos. A ordenação feminina estava inserida nesse contexto.

Quando chegou ao Sínodo extraordinário de 1978, o tema já não era mais tão novo. Há muito tempo que vinha sendo discutido em várias igrejas da Europa, onde já havia pastoras investidas no presbiterado em algumas igrejas reformadas. O assunto também não era novo entre os teólogos episcopais. O que provocou novo entusiasmo pelo tema em nossa igreja foi a decisão das igrejas dos Estados Unidos e do Canadá de ordenar mulheres. A notícia dessa decisão trouxe renovado alento para o debate, que andava meio adormecido. A questão deixou de pertencer ao fechado círculo dos teólogos para chegar aos concílios, embora ainda não tivesse chegado às paróquias e missões. Por isso, não havia ainda um consenso de todo o povo da igreja.

⁷ Atas do XV Sínodo, 29 de maio-01 de junho de 1975, p. 15.



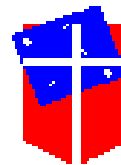
Estando o polêmico assunto na pauta de algumas dioceses americanas e canadenses, que já ordenavam mulheres, a Conferência de Lambeth foi instada a se pronunciar e o fez em 1968, mas ficou sobre o muro. Afirmou que, em princípio, não havia razões teológicas para excluir a mulher do sacerdócio ordenado, mas também que não existiam razões teológicas para ordenar. A partir desse pronunciamento ambíguo, as dioceses e províncias da Comunhão Anglicana se sentiram mais à vontade para discutir e decidir sobre o assunto. Para os conciliares da Diocese Sul Ocidental, a matéria era urgente, pois exigia um pronunciamento do Sínodo.

Mas o Sínodo extraordinário de 1978, convocado especialmente para se pronunciar sobre o divórcio e a ordenação feminina, aprovou o casamento de pessoas divorciadas sob certas condições, mas rejeitou a ordenação feminina. Depois de muita discussão, em que mulheres participaram, embora sem direito a voto, o Sínodo não conseguiu alcançar a maioria de dois terços necessários para a aprovação. A decisão representou uma vitória dos conservadores que assim conseguiram adiar a aprovação da matéria por mais dois anos. Alguns delegados votaram contra a decisão de seus próprios concílios que representavam, alegando questões de consciência. Durante três sessões plenárias, a votação foi realizada por ordens. Na ordem dos bispos, 85% deles se definiram a favor, enquanto nas ordens clerical e leiga não foi alcançada a maioria de dois terços. A delegação da Diocese Meridional havia proposto que a ordenação feminina fosse votada por ordens, na proporção de dois terços por ordem para se obter um consenso. O curioso foi que os bispos, reunidos em separado, decidiram que fossem quais fossem os resultados da votação, o assunto em questão continuaria em aberto para futuras considerações. Depois de um intervalo de 15 minutos para oração e meditação na nave da igreja e reaberta a sessão plenária o bispo Edmund Knox Sherrill propôs:

Considerando que o assunto da ordenação feminina tem sido estudado devidamente pelas paróquias e pelos concílios diocesanos e ainda pela Câmara dos Bispos da IEAB e que este colendo Sínodo extraordinário foi convocado com o propósito expresso de se pronunciar sobre a matéria, proponho que as ordens sagradas de ministério da Igreja sejam extensivas a candidatos do sexo feminino e que a Comissão de Constituição e Cânones prepare as mudanças canônicas.⁸

Posta a matéria em votação, foi o seguinte o resultado: bispos 5 votos a favor e 1 contrário; presbíteros 5 a favor e 7 contrários; leigos 4 a favor e 7 contrários. Não atingindo os dois terços necessários em cada ordem e no mesmo escrutínio, a matéria foi rejeitada. Na verdade, a rejeição mostrou que a admissão de mulheres ao sacerdócio era mais uma questão de tradição do

⁸ Atas da 17ª Reunião Extraordinária do Sínodo da IEAB, 25-27 de maio de 1978, p. 15.



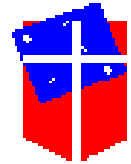
que de doutrina. Não havia razão para não ordenar mulheres, invocando Roma ou Constantinopla. O momento indicava que as igrejas anglicanas poderiam ser mais uma vez instrumento nas mãos de Deus para iluminar as igrejas que discriminavam as mulheres. As implicações ecumênicas estavam mais assentadas no nível básico, isto é, nas relações entre homem e mulher do que nas relações entre igrejas.

A ordem feminina

Essa derrota animou o bispo Arthur Rodolpho Kratz a realizar seu sonho de fundar uma ordem religiosa feminina anglicana no Brasil. Para tanto, reuniu em 1978 um grupo de cinco mulheres e moças que estavam pensando na possibilidade de se tornarem as primeiras feiras da Igreja Episcopal. O grupo era formado por Nylde Cunha, de São Leopoldo, RS, que na época era presidente diocesana e nacional da Sociedade Auxiliadora de Senhoras; Lili da Silveira Vieira, da Paróquia São João Batista, Pelotas, RS; Edilamar Dias Vieira, leitora leiga da Paróquia São João Batista, Pelotas, RS; Ângela Maria Medeiros, da Paróquia do Crucificado, Bagé, RS; e Luciana Nebel, professora da escola dominical da Paróquia do Redentor, Pelotas. Duas freiras japonesas, Eunice Chiyo Okanone e Ruth Nobu Taira, chegaram ao Brasil em 1972 e trabalhavam em Pereira Barreto, São Paulo, onde tentavam organizar uma ordem feminina. Elas foram convidadas para participar do encontro de Porto Alegre e assim o fizeram.

No ano seguinte, o bispo Kratz promoveu um segundo encontro de mulheres e moças interessadas na futura ordem, tendo participado como convidada a irmã Lenita Argolo Mendes, coordenadora provincial das Irmãs Franciscanas Bernardinas da Igreja Católica Apostólica Romana. Ela proferiu uma palestra sobre o trabalho, a vocação cristã da mulher, as tarefas de cada ordem religiosa feminina e masculina e os pontos de apoio da vida e vocação religiosa. Desta vez apenas duas mulheres se mostraram interessadas: Nylde Cunha, a única do primeiro grupo, e Joana de Lima Veiga, membro da Paróquia do Salvador de Canguçu, RS.

Homem de profunda vida espiritual e ardoroso defensor do evangelho social em suas implicações sociais e políticas, o bispo Kratz, no entanto, ferrenho inimigo da ordenação feminina. Seu temor era que a ordenação feminina pudesse desunir e transformar a Comunhão Anglicana numa simples confederação de igrejas. Admitia o ministério feminino apenas como ordem religiosa leiga. Por isso, fundou em 1980 a Comunidade de Santa Maria, "não com a intenção de neutralizar a aprovação da ordenação sacerdotal feminina, mas para usar os diversos dons da mulher no ministério de dedicação e serviços e para dar expressão à vocação monástica feminina no ministério de todos os



cristãos. O ministério feminino (não sacerdócio) vem sendo exercido há séculos com inextinguível amor e consagração a Cristo em formas várias, conforme os diversos e ricos dons com que o Senhor agraciou a mulher cristã”.⁹

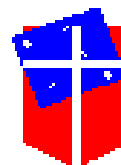
O bispo argumentava que a ordenação feminina não encontrava apoio na Bíblia e na Tradição. Além disso, o ministério sacerdotal que os anglicanos têm não é deles, mas pertence à igreja universal. A partir daí, o bispo afirmava que os anglicanos o receberam como herança, em comum com outros ramos do Cristianismo (romano e ortodoxo). “Não fomos nós que criamos nosso ministério sacerdotal particular. Não temos, portanto, o direito de alterá-lo substancial e unilateralmente. E assim como não temos o direito, por exemplo, de alterar o Credo, As Escrituras e os Sacramentos, também não temos o direito como igreja particular alterar o sacerdócio, que é também um sacramento. Somente um concílio universal, em legítimo consenso de opinião, poderia proceder alteração tão profunda em matéria de fé e ordem apostólica.”¹⁰

E assim, convicto em suas posições, no dia da Ascensão, 18 de maio de 1980, o bispo Kratz preside a cerimônia em que a irmã Nylde Cunha proferia os clássicos votos de obediência, pobreza e castidade, fundando a primeira ordem religiosa feminina na Igreja Episcopal. A primeira feira adotou o nome de Irmã Maria e a ordem religiosa o nome de Comunidade de Santa Maria. Embora já existissem ordens religiosas masculinas e femininas em várias dioceses e províncias da Comunhão Anglicana, no Brasil era uma novidade, criada às vésperas da Igreja Episcopal comemorar 90 anos de atividades no Brasil. A casa da Comunidade de Santa Maria estava localizada junto à paróquia da Ascensão, em Porto Alegre. Mas o sonho do bispo Kratz, que faleceu em março de 1984, não prosperou por falta de candidatas. A única irmã da Comunidade de Maria, que teve efêmera duração, foi ordenada ao diaconato em 1989 e ao presbiterado no ano seguinte.

O Sínodo de 1980 rejeitou pela segunda vez a ordenação feminina, graças a um artifício dos conservadores que conseguiram novamente que a votação fosse por ordens e por maioria de dois terços para ter eficácia de decisão final. Dos seis bispos, cinco votaram a favor e um contra. Este voto era sabidamente o do bispo Kratz. Entre os presbíteros, sete votaram a favor e cinco contra. Entre os leigos, cinco votaram a favor e cinco contra e duas abstenções, não alcançando os dois terços nas três ordens no mesmo escrutínio. Mesmo assim, o interesse pela ordenação feminina crescia na igreja. Em 1981, três mulheres ingressaram no Seminário Teológico, embora só uma fosse ordenada após a conclusão do curso teológico.

⁹ *Estandarte Cristão*, julho de 1979, p. 5.

¹⁰ *Estandarte Cristão*, janeiro-fevereiro-março de 1977, p. 5.



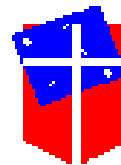
O Sínodo de 1982 não incluiu na sua agenda a questão da ordenação feminina. A razão foi que, no interregno dos dois sínodos, o bispo Kratz, diocesano da Meridional e primaz, havia criado a Comunidade de Santa Maria, a primeira ordem religiosa feminina da Igreja Episcopal no Brasil, como estratégia para neutralizar o entusiasmo dos defensores da ordenação feminina.

Os leigos eram os principais oponentes à medida. Alguns artigos começaram a aparecer no jornal da igreja, rebatendo o que consideravam como quase uma obsessão e se perguntando se não estariam os defensores e simpatizantes da ordenação feminina precipitando as coisas, querendo impor sua vontade, gerando divisão na igreja. Defendiam a idéia de que homem e mulher têm características e funções específicas, e nenhuma é superior ou inferior a outra, mas complementar. Se ambos realizarem as mesmas funções, não seriam mais complementares, mas competidores. Ainda não era hora de aprovar o ministério feminino ordenado. Foram os votos dos leigos que ajudaram a adiar a decisão até 1984.

Os que eram contrários à ordenação feminina tinham dificuldades para entender a dinâmica da revelação de Deus em Jesus Cristo. O conceito de revelação estática dava ênfase apenas a um aspecto da revelação divina, isto é, da realização de um sacrifício completo, perfeito e suficiente na Cruz. Todavia, a semente da graça produz frutos que anunciam a presença do Corpo de Cristo, a Igreja, no mundo. A graça pressupõe a continuidade da revelação divina na vida da humanidade. Assim, podemos notar que o progresso dos sistemas de leis e culturas na história dos povos é um dado que comprova a presença divina agindo e produzindo frutos da graça. Dessa forma, podemos entender muitos movimentos de libertação, inclusive a libertação da mulher. Talvez de todos os preconceitos impostos à mulher pela sociedade, o mais insano e injusto seja aquele que lhe veda o acesso ao sacerdócio. O tipo de argumento que vinha sendo usado para impedir o acesso da mulher ao presbiterado era o *consensus fidelium* masculino, um conceito arbitrário e preconceituoso que só enxergava o passado.

Mas a aprovação da ordenação feminina era uma questão de tempo. O Sínodo de 1983 apreciou e aprovou um documento de base elaborado pela Conferência Nacional de Lideranças (CONFELIDER) que fez uma profunda análise da situação e modo de ser da Igreja Episcopal. O extenso documento pede que a igreja tenha a coragem de assumir sua posição em assuntos da atualidade, entre eles a ordenação feminina.¹¹

¹¹ Atas do XX Sínodo Extraordinário, 23-24 de julho de 1983, p. 10.



A aprovação

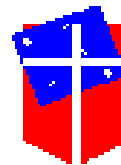
O tempo havia chegado. O principal opositor da ordenação feminina, Dom Arthur R. Kratz, que era bispo diocesano e primaz e, portanto, presidente do Sínodo, havia falecido em março de 1984. A ata do Sínodo de 1984 registrou assim a histórica decisão:

Dando andamento à ordem de negócios, passa-se à questão da ordenação feminina. O plenário resolve que o assunto seja votado por maioria de dois terços dos votantes, em votação por ordens. Aprova-se. O revmo. Dom Sumio Takatsu apresenta a proposta com o devido arrazoado. Colocada em votação, por ordens, a ordenação feminina é aprovada com o seguinte resultado: Câmara dos Bispos, 5 votos favoráveis, isto é, unanimidade; delegados clericais, 12 votos favoráveis e 1 contrário; delegados leigos, 12 votos favoráveis e 1 contrário. Dos 31 votantes apenas dois (um clérigo e um leigo) votam contra. O resultado é recebido pelo plenário com forte salva de palmas¹²

A aprovação nas três ordens (diácono, presbítero e bispo) foi um auspicioso acontecimento que permitiu às mulheres participarem do ministério ordenado em igualdade de condições com os homens.

Dos 31 votantes, apenas dois (um clérigo e um leigo) votaram contra. O clérigo era o arcebispo emérito Rodolfo Garcia Nogueira, que requereu, sendo atendido, que constasse em ata o seu dissentimento nos seguintes termos: "O presbítero Rodolfo Garcia Nogueira, no pleno gozo de seus direitos de membro atuante deste XXI Sínodo, respeitosamente solicita, segundo as boas e dignas praxes parlamentares, que fique registrado em ata o meu voto vencido e adjunto meu dissentimento ante a votação sinodal que estabelece a ordenação feminina. Sou de firme opinião que a mesma atende apenas a vitória da ala majoritária sobre a minoria, para espanto da consciência de muitos e leais fiéis. E dissinto, pois considero que a ordenação de mulheres ao sacerdócio e ao episcopado é contrária a Ordem Católica, a qual a Comunhão Anglicana tem mantido inalterada e heroicamente por todos esses séculos. Mais ainda, à luz da sã exegese da história multissécular da Igreja, da sua inalterada, veneranda e mais contestada tradição, tal medida é adversa à paz e unidade da Igreja. E ainda mais, gera repercussões negativas no maravilhoso movimento ecumênico. Tenho para mim que é mais um 'sinal dos tempos' difíceis e desordenados, tempos sob a tirania de um amoralismo avassalador. Formulo

¹² Atas da XXI Reunião do Sínodo, 5-8 de julho de 1984, p. 21.



este meu respeitoso dissentimento, sem prejuízo de outros pronunciamentos e de outras atitudes que poderão ser tomadas posteriormente”.¹³ Entretanto, não havia mais razão ou motivos para protestar, exceto o desejo de ver registrado em ata o seu dissentâneo voto.

A primeira ordenação

Um ano depois, no dia 5 de maio de 1985, a Igreja Episcopal ordenava a primeira mulher ao sagrado ministério, elevando à ordem de diácono Carmen Etel Alves Gomes, 30 anos, primeira estudante feminina a frequentar e concluir o curso de teologia, abrindo assim novas perspectivas para o trabalho feminino na igreja. A histórica cerimônia foi realizada na matriz do Nazareno, em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. A memorável liturgia de ordenações foi presidida por Dom Olavo Ventura Luiz, bispo da Diocese Sul Ocidental, coadjuvado pelos colegas Cláudio Vinicius de Senna Gastal, de Porto Alegre, e Plínio Lauer Simões, que foi o primeiro bispo da igreja anglicana no Brasil a propor a ordenação de mulheres, como vimos acima. No contexto da Comunhão Anglicana, o histórico acontecimento colocava a Igreja Episcopal em terceiro lugar entre os países do continente americano que ordenavam mulheres. Os outros dois eram os Estados Unidos e o Canadá. No ano seguinte, Carmen Etel foi ordenada ao presbiterado. Coube à congregação da histórica Paróquia de Cristo de Jaguarão, fundada em 1898 por Vicente Brande, o privilégio de ter, pela primeira vez no Brasil, uma pastora como sua guia espiritual.

O fato era novo nos arraiais anglicanos do Brasil. Havia o temor de que nem todas as paróquias estariam preparadas para receber uma mulher como pároca ou reitora. Por isso, os bispos lembravam ao povo de suas dioceses e, por extensão, a toda a igreja, que a ordenação feminina era uma decisão que implicava na necessidade de um tempo de maturação, de assimilação e de convivência. Durante esse processo, os membros da igreja deviam estar abertos aos resultados e recomendações de organismos anglicanos, como a Conferência de Lambeth, a Reunião dos Primazes e o Conselho Consultivo Anglicano. A postura dos fiéis não devia causar divisão na família anglicana, mas respeitar aqueles que tinham dificuldade para aceitar esta decisão e esperar deles a mesma atitude, exercendo cada um o dom da compreensão e da caridade. Felizmente, a ordenação feminina não provocou nenhuma divisão na igreja. Ao contrário, foi recebida com muita alegria, principalmente pelo elemento feminino. Hoje são mais de três dezenas de mulheres ordenadas, casadas ou solteiras, exercendo o ministério ordenado em igualdade de condições com os homens.

Participação feminina nos Sínodos

¹³ Atas do XXI Sínodo, 5-8 de julho de 1984, p. 23.

O quadro abaixo mostra a participação feminina nos Sínodos, órgão legislativo máximo da Igreja Episcopal. Dos 28 sínodos realizados, 22 foram regulares e 6 extraordinários.

SÍNODOS ANO	CLÉRIGOS		LEIGOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1952	7	-	6	-
1954	7	-	6	-
1956	9	-	9	-
1959	9	-	9	-
1962	9	-	7	-
1964 (extraordinário)	9	-	7	-
1965	-	-	-	-
1967	9	-	7	-
1969	9	-	8	-
1971	11	-	11	1
1972 (extraordinário)	12	-	11	-
1973	13	-	11	1
1974 (extraordinário)	11	-	9	-
1975	12	-	11	1
1977	13	-	11	2
1978 (extraordinário)	15	-	11	2
1980	13	-	8	2
1982	9	-	7	6
1983 (extraordinário)	12	-	8	6
1984	12	-	8	4
1986	14	-	13	1
1988	13	1	9	3
1990	16	1	12	5
1993 (extraordinário)	15	1	14	4
1994	19	2	11	7
1997	17	3	12	8
2000	17	3	11	9
2003	15	7	12	10

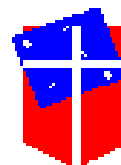
FONTE: Atas dos Sínodos, exceto o de 1965, que não publicou a relação dos delegados leigos e clericais.

NÚMERO DE HOMENS E MULHERES ORDENADOS NA IGREJA EPISCOPAL

DIOCESES	Homens	Mulheres
Diocese Meridional	24	5
Diocese Sul Ocidental	14	12



Centro de Estudos Anglicanos



Diocese Anglicana do Rio de Janeiro	13	4
Diocese Anglicana de São Paulo	27	1
Diocese Anglicana de Recife	38	9
Diocese Anglicana de Brasília	7	1
Diocese Anglicana de Pelotas	10	5
Diocese Anglicana de Curitiba	11	1
Distrito Missionário da Amazônia	6	-
Distrito Missionário do Oeste	2	-
TOTAL	162	38

Fonte: Agenda 2005 da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil